

Vanessa Macedo da Silva Almeida

A Marcha das Vadias e os efeitos da era digital na atuação política

CELACC/ECA-USP

2011

Vanessa Macedo da Silva Almeida

A Marcha das Vadias e os efeitos da era digital na atuação política

Trabalho de conclusão de curso de pós-graduação
em Mídia, Informação e Cultura

CELACC/ECA-USP

2011

Resumo: A convivência de práticas da era analógica com valores da cultura virtual na atuação política é o cerne do presente artigo. Fundamentada em abordagens teóricas que dialogam sobre o tema e no estudo da Marcha das Vadias, mobilização articulada e difundida por mulheres através de redes sociais virtuais, esta pesquisa discutirá as consequências da suposta passagem de um modelo de democracia representativa para uma cultura participativa marcada pelo ciberativismo.

Palavras-chave: Internet, ciberativismo, Marcha das Vadias, movimentos sociais, democracia participativa.

Abstract: The coexistence of actions from the analogic age with the values of the digital culture is the core of the present article. Based on theoretical approaches that deal with the theme and in the study of the Slut Walk, a movement organized and spread by women through the social network media, this research will discuss the consequences of the so-called passage from a model of representative democracy to a participative culture characterized by the cyberactivism.

Key-words: Internet, cyberactivism, Slut Walk, social movements, participative democracy.

Resumen: La coexistencia de los valores de la era analógica y de la cultura virtual en la acción política es el tema central de este trabajo. Sobre la base de los enfoques teóricos sobre el tema y del estudio de la Marcha de las Fulanas, movimiento articulado y difundido por las mujeres a través de redes sociales, esta investigación analizará las consecuencias dela supuesta transición de un modelo de democracia representativa a una cultura participativa marcada por el ciberactivismo.

Palabras clave: Internet, ciberactivismo, Marcha de las Fulanas, movimientos sociales, democracia participativa.

SUMÁRIO

1. IMPLICAÇÕES DA TRANSIÇÃO DO MODELO ANALÓGICO PARA O VIRTUAL	1
2. HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA NA ÁGORA ELETRÔNICA	3
3. ENTREVISTA COM PARTICIPANTES DA MARCHA DAS VADIAS	5
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	8
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	10
6. ANEXOS	11

1- Implicações da transição do modelo analógico para o virtual

A tensão entre situação e mudança depara-se, na sociedade pós-moderna, com a presença de elementos facilitadores oriundos da formação de uma cultura digital. O advento da Internet e o aprimoramento de tecnologias de informação e comunicação possibilitaram a criação de novos canais de interação e participação social, colocando em xeque o predomínio das mídias tradicionais na construção de espaços públicos.

Não se pretende aqui supervalorizar a tecnologia como fator determinante para a organização de mobilizações políticas, contudo, considera-se fundamental associar as características das relações mediadas e vividas pelas e nas redes virtuais às particularidades das formas de engajamento político praticadas atualmente.

A expansão das redes fundou um novo ambiente tecnossocial no qual conteúdos são consumidos, produzidos, disseminados e debatidos. Dessa maneira, a Internet deixa de ser apenas uma ferramenta de comunicação e torna-se um espaço de vivência. Por isso, Lévy (1999) argumenta o surgimento da cibercultura, um conjunto de práticas e valores presente no ciberespaço, ambiente que abriga a infraestrutura material da comunicação digital, o universo oceânico de informações e os indivíduos que o habitam.

A observação da História comprova que um meio de comunicação nunca substitui seus antecessores. Logo, a televisão, o rádio e os jornais não faliram, mas se integraram à plataforma virtual. Se assim não fosse, a não recodificação no novo sistema ameaçaria seu aparecimento, pois, conforme Castells (1999), enfraqueceria seu poder simbólico. Porém, a apresentação da convergência como uma estratégia de salvação das mídias tradicionais não exclui a existência de espaços públicos alternativos àqueles por elas controlados.

Lévy (2011) atribui a extensão da liberdade de expressão a três fatores. O primeiro é o econômico, explicado pela possibilidade de publicação de diversos conteúdos a custo

1- Jornalista graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Pará.

zero ou baixo para uma audiência mundial. O segundo fator é o técnico, uma vez que não são necessários níveis complexos de habilidade de programação ou formatação de

tecnologias de comunicação. O último fator é o institucional, pois ele identifica uma perda gradual do monopólio dos mediadores tradicionais de informação e cultura.

Aos olhos do cidadão pós-moderno, informar-se pelos veículos de comunicação, votar no período de eleições e se aliar a partidos, movimentos e sindicatos não parecem mais suficientes para o exercício da democracia. Di Felice (2008) afirma que o engajamento político a nível global e local não produz mais formas personalísticas nem é necessariamente ligado a uma ideologia ou orientação política.

(...) nos contextos digitais as interações informativas e as negociações colaborativas on-line encorajam a pensar a participação a partir da capacidade conectiva dos indivíduos que passariam, junto às novas tecnologias, a gerir diretamente e colaborativamente o território sem recorrer às autoridades e às instituições locais. (DI FELICE, 2008: p. 56)

Apesar de sua associação à liberdade e à igualdade, a democracia é um conceito que desde a sua elaboração é permeado de limitações por conta dos interesses e atores envolvidos na legitimação desse ideal. A concretização da cultura participativa redefine o papel dos cidadãos na sociedade civil, noção que Ramos (2007) busca repensar a partir da discussão sobre a origem capitalista da ideia de democracia representativa e de suas contradições mascaradas pelo poder dominante. Ele aponta a exclusão social e a distribuição desigual de riquezas como paradoxos do modelo caracterizado por processos eleitorais de escolha de representantes.

Impedir que as amarras da era analógica mantenham sua presença latente na era digital é uma luta que deve ser empreendida pelos mesmos atores marginalizados, uma vez que a exclusão digital é reflexo da social. Apesar das assimetrias, é inegável que as redes digitais favorecem a manifestação e o alcance global dos protestos dos excluídos. Mas, para que todos os excluídos sejam incluídos, é preciso solicitar a quebra dessas barreiras, resultando em batalhas culturais cruciais cujo resultado predetermina o destino dos conflitos mediados por símbolos (Castells, 1999).

A emergência de uma cultura participativa, que anda a passos largos em países desenvolvidos e engatinha nos emergentes, é fruto do que Lévy (1999) denomina processos de inteligência coletiva e contribui para o questionamento de diversos poderes, reduzindo os efeitos de exclusão humana. A verve utópica da caracterização da inteligência coletiva não deve ser argumento para a validação de discursos pessimistas,

mas fortalecer a projeção do horizonte em que as condições comunicativas, sociais e políticas se darão com equidade e independente de qualquer tipo de poder central.

2- Hegemonia e contra-hegemonia na ágora eletrônica

A consolidação de uma hegemonia sustentada em aparatos tecnológicos consiste no que Ianni (2000) conceituou de príncipe eletrônico. Segundo o autor, o príncipe eletrônico constrói o consenso, ou seja, a visão de mundo predominante nos blocos de poder em escala local e global. Contudo, ao mesmo tempo em que os aparatos tecnológicos servem para fortalecer a detenção do poder e a perpetuação da hegemonia por uma minoria, podem ser explorados como uma arma por grupos contra-hegemônicos.

O uso da Internet como suporte para organização, difusão e financiamento de mobilizações recebe o nome ciberativismo ou netativismo e teve seus primeiros registros na primeira metade da década de 1990, com os zapatistas no México e mais tarde com os movimentos antiglobalização que ocuparam grandes cidades como Seattle e Londres.

Em termos gerais, o ciberativismo refere-se a como utilizar a Internet para dar suporte a movimentos globais e a causas locais, utilizando as arquiteturas informativas da rede para difundir informação, promover a discussão coletiva de ideias e a proposição de ações, criando canais de participação (DI FELICE, 2011: p. 7).

Entre as mobilizações articuladas em redes digitais, observa-se a predominância de motivações diferentes daquelas que pautavam as revoluções operárias e revolucionárias no início do século passado. Desde a década de 1960 é possível notar a perda da exclusividade da categoria de classe como cerne dos movimentos sociais, quando grupos feministas, homossexuais, pacifistas e ambientalistas despontaram no cenário social e passaram a reivindicar mudanças de valores na sociedade e medidas concretas, ao invés da tomada do poder.

Tais elementos identitários permanecem até hoje, porém ficaram mais complexos diante da fragmentação do homem pós-moderno (HALL, 2011). Apesar da homogeneização cultural promovida pelo mercado globalizado, o autor afirma que a globalização também acarretou a produção de novas identidades. A imersão no oceano

de informações sem fronteiras armazenadas no ciberespaço contribui para essa complexificação identitária, pois a quantidade de causas a serem aderidas cresce exponencialmente.

Embora sob propriedade privada, mídias sociais virtuais como Facebook e Twitter dispõem de ferramentas capazes de favorecer a articulação de mobilizações em redes nas quais a horizontalidade, a descentralização e o colaborativismo as distinguem dos movimentos sociais tradicionais marcados pela presença de lideranças e partidos políticos. A inquietação que move este artigo reside na indagação a respeito do contato conciliador ou chocante entre os movimentos acostumados com o modelo representativo e analógico e os ciberativistas apartidários e autônomos agentes da embrionária democracia participativa.

Um aspecto que costuma confrontar esses dois moldes de engajamento político refere-se à relação entre o real e o virtual. Gladwell (2010) não identifica nas redes sociais a disciplina e estratégia necessárias para a organização de um movimento com efeitos concretos, já que boa parte da sua articulação não se dá presencialmente. Fazendo uma comparação ao movimento de negros pelos direitos civis nos Estados Unidos na década de 1960, Gladwell observa que o ativismo de alto risco é um fenômeno de vínculos fortes, enquanto que plataformas das redes virtuais são construídas em torno de vínculos fracos.

Da recorrente inferiorização do virtual em relação ao real parte a afirmação de Castells (1999) sobre a incondicional existência do homem em ambientes simbólicos. Se todas as formas de comunicação são baseadas na produção e consumo de sinais, como separar o real do virtual? O autor derruba essa cisão, uma vez que a realidade sempre foi vivida virtualmente, percebida por intermédio de símbolos.

É difícil deslegitimar o virtual quando dele são extraídos conteúdos considerados fatos pela mídia tradicional, aquela que a sociedade costumava consumir para se informar sobre o “mundo lá fora”, ou seja, sobre a realidade além das vidas privadas. Sob a perspectiva dos media autorizados a construir, reforçar e ressignificar as representações sociais, pode-se observar a transformação de frases polêmicas escritas por celebridades em notícia ou a profusão de colunas e matérias em veículos impressos a respeito de uma campanha virtual sobre o tratamento da doença do ex-presidente. Parece inadequado

medir a força de um discurso proferido numa rede social em comparação a uma alegação em praça pública.

A indiferenciação conceitual entre real e virtual pode levar a uma conciliação complementar entre o que acontece dentro e fora da rede. A consideração da relevância da ocupação de espaços físicos, das marchas e das reuniões presenciais não deve menosprezar as potencialidades oferecidas pela Internet, como o amplo alcance das ações que pode beneficiar o intercâmbio entre diversos movimentos em escala internacional. A troca de informações e experiências entre grupos é capaz de fortalecer a formação de propostas e alianças e de trazer à tona a discussão sobre a democratização da comunicação (León, 2001).

A captação e ressonância dos problemas sociais e a incorporação de novos temas à agenda pública ganham novos atores e novas estratégias de ação com a diversificação das esferas públicas autônomas, favorecendo a ação comunicativa que, segundo Habermas (1984), abrange as práticas cotidianas e o potencial político, e combatendo a colonização do mundo da vida.

Para compreender melhor os conflitos e potencialidades do panorama até aqui apresentado, foi avaliada uma experiência de ação coletiva. No próximo capítulo, será discutida a convivência entre práticas da era analógica e virtual na análise da Marcha das Vadias, mobilização articulada através das redes sociais virtuais.

3- Entrevista com participantes da Marcha das Vadias

A avaliação da relação entre movimentos sociais habituados às práticas da era analógica e os ciberativistas imersos na cultura digital será baseada em entrevistas com integrantes da Marcha das Vadias, mobilização que começou em Toronto, Canadá, com o nome de Slut Walk e se alastrou por vários países com o auxílio das redes sociais virtuais. O evento original foi desencadeado pela declaração de um policial que apontou a roupa como justificativa para o estupro de uma estudante. A manifestação busca reafirmar a autodeterminação das mulheres sobre seus corpos e contestar os valores machistas presentes na sociedade.

A marcha aconteceu em várias cidades brasileiras com o suporte das mídias digitais, em especial Twitter e Facebook, para articulação e divulgação. Cederam entrevistas Madô Lopez e Solange Dé-Ré, participantes da marcha de São Paulo, e Livia Ferreira e Priscila Duque, da marcha de Belém, escolhidas por representarem a realização da manifestação em uma região central e em uma periférica. O aproveitamento do material colhido se dará com a seleção de três categorias de análise: elementos identitários, relação com as redes digitais e organização política.

O primeiro critério engloba características pessoais das entrevistadas. A posse de informações como idade, formação e profissão ajudará a traçar o perfil das ativistas. A categoria referente à relação com as redes digitais é a mais extensa, visto que abrange quatro questões associadas ao uso cotidiano da Internet pelas entrevistadas, o que contribuirá para a discussão sobre a alfabetização digital, e à importância atribuída às redes digitais para a organização de mobilizações políticas.

A terceira e última categoria traz informações a respeito do vínculo com movimentos sociais. Assim, os dados advindos das perguntas enquadradas nas três categorias serão entrelaçados com o intuito de identificar pontos comuns e divergentes, cuja análise será incorporada à hipótese de que valores da atuação política na democracia representativa se confrontam com valores do netativismo pautado pela democracia participativa. As entrevistas constarão na íntegra nos anexos deste artigo.

No cotidiano das jovens com ensino superior completo atuantes em áreas relacionadas à comunicação, a Internet tem uma presença diária para fins pessoais, acadêmicos e pessoais. As entrevistadas representam um estrato da população digitalmente alfabetizado, já que além de terem o acesso ao ciberespaço, demonstram habilidade em desfrutar de todas as oportunidades oferecidas no meio digital. Segundo Lévy (1999), a alfabetização digital é uma das condições para a construção da inteligência coletiva, que confere aos beneficiários a responsabilidade pelo seu funcionamento. Logo, a exclusão digital ou a inclusão funcional mantêm grupos marginalizados desse processo criativo, colaborativo e participativo.

Apesar de a vivência no ambiente virtual ser um ponto em comum entre as quatro mulheres, as redes virtuais desempenharam papéis diferentes nas duas mobilizações. Em São Paulo, o Facebook foi onde nasceu a articulação do movimento, enquanto que em

Belém o uso da rede foi consequência da reunião presencial de coletivos feministas ligados a movimentos sociais.

Reflexo disso foi a desobediência da marcha paraense às instruções definidas pela organização da “Slut Walk” de não intitular a mobilização de feminista. De acordo com Solange Dé-Ré, representante da marcha paulista que aderiu à determinação, tal nomeação dificultaria o alcance da mobilização, pois a discussão estética e conceitual que marca o feminismo afastaria os leigos.

Na capital do Pará, o envolvimento de movimentos sociais como Marcha Mundial das Mulheres e Juntas garantiu a autonomização da manifestação em relação à original. Segundo Livia Ferreira, “em Belém, a marcha alcançou um viés mais politizado, com representação partidária, através desses movimentos”. Priscila Duque reitera a declaração afirmando que “a marcha de Belém foi uma marcha feminista”.

A constatação da insuficiência da participação exclusivamente virtual em manifestações políticas foi unânime. Para as entrevistadas, as ferramentas criadas para legitimar ações virtuais, como os botões “curtir” e “compartilhar” do Facebook, não devem ser o fim da adesão a algum movimento articulado na rede. Livia acredita que o verdadeiro movimento ocorre nas ruas e que o mundo virtual é apenas uma forma de dar maiores proporções ao acontecimento.

Segundo Solange, organizadora da marcha paulistana, seis mil pessoas confirmaram presença no evento através da rede digital e 600 participaram de fato. Apesar da legitimação de determinado evento no ciberespaço ser o termômetro do sucesso da sua concretização nas ruas, elas alegam alguns empecilhos para que a participação se estenda. Madô atribui as ausências ao medo de se expor à sociedade machista, já Livia aponta a acomodação como o principal motivo.

Sobre a importância das redes virtuais para organizar uma mobilização, houve divergências. Madô acha impossível ter realizado a marcha sem as mídias digitais. “Onde eu poderia divulgar e recrutar pessoas para essa luta, no jornal, por carta, mural do prédio? Não acredito nisso”, declara. Entretanto, as outras entrevistadas não acreditam que tais tecnologias de comunicação tenham sido condicionantes da marcha.

Embora não deem todo o poder à Internet, Solange e Livia indicam vantagens de se beneficiar da plataforma virtual na divulgação de eventos como a marcha. A primeira

analisa que no período analógico era mais trabalhoso disseminar um protesto e a segunda destaca o maior alcance permitido pelas redes. Os dois fatores se complementam. Distribuir panfletos e conversar oralmente com as pessoas dá mais trabalho do que publicar a chamada para uma mobilização no Facebook, por exemplo. E o alcance dessa publicação não tem barreiras. Quanto mais compartilhado é um conteúdo, mais pessoas o verão, transpondo o grupo de amigos do autor.

A divulgação das manifestações em tempo real é outro benefício possibilitado pelas redes virtuais. Quem não pode ou não quis participar da marcha teve a chance de acompanhar o evento através de postagens no Twitter e Facebook pelos ativistas que estavam nas ruas portando celulares com acesso à Internet. Priscila acrescenta que o compartilhamento é uma maneira de conscientizar e informar sobre pautas de reivindicação específicas e dar uma resposta àqueles que não acreditam nos movimentos sociais.

Das quatro entrevistadas, Priscila é a única atualmente associada a algum movimento social ou partido político. No discurso da militante do PSTU e do Movimento Mulheres em Luta, é notável uma resistência à supervalorização da tecnologia e uma inclinação à crença da necessidade de organização dos ativistas, pois “somente a partir dela as ações poderão ser pensadas, planejadas e executadas com mais força e possibilidade de conquistas civis, econômicas e políticas”. Contudo, as demais acreditam que é possível ser ativista sem estar vinculado formalmente a algum movimento. Segundo Solange, a atuação política não depende do pertencimento a algum grupo.

4- Considerações finais

A oposição entre o lado que prioriza a associação a movimentos sociais formalizados e o que dispensa a necessidade de filiação em um deles pode representar um imbróglio, visto que a valorização da organização pode interferir nas relações entre ativistas organizados e autônomos. O aproveitamento da multiplicidade de ferramentas provenientes das redes digitais é potencialmente criador de formatos de arregimentações colaborativas e participativas e, por que não, organizadas.

O caráter eventual de muitas manifestações divulgadas na rede pode dificultar a aproximação de pessoas que estiveram juntas em prol da mesma causa. Como razão da

tal eventualidade, supõe-se a diversidade de causas passíveis de adesão espalhada pelas mídias virtuais e, por conseguinte, a fragmentação temática da atuação política do sujeito pós-moderno.

Existem experiências que buscam aprofundar determinadas manifestações dando continuidade a elas sem necessariamente intencionarem a filiação de participantes independentes a algum movimento social? Não se pode garantir que haja intenção, mas a presença de integrantes de movimentos sociais que valorizam a continuidade de movimentações políticas na marcha realizada em Belém pode ter resultado em projetos como a realização de fóruns educacionais e palestras em escolas públicas de ensino médio.

Embora a crença na onipotência da técnica não seja o melhor caminho para os ciberativistas, é bem-vinda a constatação do papel facilitador das redes virtuais na articulação dessa continuidade, capaz de operar a formação de coletivos que organizem uma agenda em torno da mobilização que pode passar a ocorrer com certa frequência em várias localidades, como ocorre com a marcha, sanando o problema da falta de contato físico. Dessa maneira, a Internet pode fazer o que as distâncias geográficas não permitiam há algumas décadas, ou seja, unir em redes agentes de diferentes lugares acerca do mesmo propósito. Evidenciou-se o interesse na abrangência desse contato, o que presume a coexistência de diversos tipos de organização, mais ou menos formalizados.

O inicial foco mais valorativo do que prático da versão belenense da Marcha das Vadias, em outras palavras, o objetivo calcado na extinção do pensamento machista, foi alterado pela concepção de medidas que respondessem a demandas mais práticas, como o trabalho de conscientização nas escolas. A marcha tomaria para si, caso concretize o plano, incumbências tradicionalmente relegadas ao Estado. Porém, qualquer semelhança com a atividade das ONG's é mera coincidência. Na democracia participativa, a sociedade também é gestora, atuando junto ao governo na resolução de questões de interesse público.

Como demandas sociais dificilmente estão isoladas territorialmente, o alcance das mobilizações transformadas em coletivos favorece a interligação entre diversos pontos com o intuito de apresentar panoramas mais amplos de determinado problema, tornando possível a atuação conjunta de Estado, incorporando cada vez mais a função de

regulamentador, e da sociedade civil informada, provida de meios de comunicação e engajada nas transformações que anseia. Logo, o futuro que se desenha nos discursos utópicos, que não estão muito longe de serem possíveis, não está numa passagem destruidora do passado modelo, mas numa transição que absorve com equilíbrio as boas experiências e as desenvolvam com a exploração das benesses trazidas pela cibercultura.

Referências bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Inovação, liberdade e poder na era da informação**. In MORAES, Dênis. Sociedade midiaticizada. Rio de Janeiro: Mauá, 2006.

FELICE, Massimo di (org). **Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social**. São Caetano do Sul: Difusão, 2008;

GLADWELL, Malcolm. **A revolução não será tuitada**. Disponível em <http://sergyovitro.blogspot.com/2010/12/revolucao-nao-sera-tuitada.html>

GOHN, Maria Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

HABERMAS, JÜRGEN. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEÓN, Oswald et al. **Movimentos sociais na rede**. Disponível em <http://www.alainet.org/active/41050>.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **A esfera pública do século XXI**. Artigo publicado em 29 de junho de 2011.

LOPEZ, Madô et al. **A Marcha das Vadias em São Paulo e Belém**. Entrevista concedida a Vanessa Macedo da Silva Almeida. São Paulo, 13 de outubro de 2011.

RAMOS, Murilo César. **Sobre a importância de repensar e renovar a ideia de sociedade civil**. In RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy (org). Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007

ANEXO

Entrevista “A Marcha das Vadias em São Paulo e Belém”

Entrevistadas:

Madô Lopez, 29 anos publicitária, participante da marcha de São Paulo.

Solange De-Ré, 30 anos, escritora/tradutora, participante da marcha de São Paulo.

Lívia Ferreira, 25 anos, publicitária, participante da marcha de Belém.

Priscila Duque, 25 anos, jornalista, participante da marcha de Belém.

Com que frequência, finalidades e de que locais você acessa a internet?

Madô: Acesso diariamente, de casa e do meu celular. Acesso para receber e enviar emails, trocar informações com os amigos e me inteirar das notícias do mundo.

Solange: Acesso a internet todos os dias para checar e-mails, fazer pesquisas e por outras questões relacionadas ao meu trabalho.

Lívia: Todo dia, para entretenimento, estudo e trabalho, de casa e do trabalho.

Priscila: Acesso a internet todos os dias, da casa e do trabalho, com finalidades acadêmicas e profissionais.

Como a Marcha das Vadias foi organizada na sua cidade?

Madô: Tudo começou quando li uma matéria sobre a "Slut Walk" que havia acontecido primeiramente no Canadá, em Toronto - local onde a macha nasceu - e então vi que havia se espalhado por outros países e assim resolvi trazer para o Brasil, São Paulo.

Solange: Em São Paulo foi a primeira, e organizamos através do Facebook e endossamos usando nossos Blogs: Talking Vaca e Freackable.

Lívia: Acredito que a iniciativa tenha partido de grupos já organizados como o Juntas e a Marcha Mundial das Mulheres. A partir desses grupos, através de mobilizações pela internet, a marcha foi se construindo, com algumas reuniões pontuais.

Priscila: Foi organizado por meio de reuniões de coletivos feministas, que se dividiram em comissões. Além disso, se criou um grupo no Facebook, com fóruns permanentes, que divulgavam as principais bandeiras da marcha, bem como notícias sobre as marchas acontecidas em outros estados.

Como você teve conhecimento do evento?

Madô: Através dos portais de notícias que costumo acessar.

Solange: Através de uma matéria lida na internet.

Lívia: Fui convidada a me juntar à organização por um grupo do Facebook.

Priscila: Informe na Reunião do Movimento Mulheres em Luta.

Por que você resolveu aderir à mobilização?

Madô: Porque acredito que está na hora de o Brasil começar a mudar essa postura machista, que a violência contra a mulher tem que acabar e por tantos outros motivos acerca dos direitos das mulheres e do comportamento da sociedade em geral quanto às mulheres.

Solange: Ser mulher e vivenciar o desrespeito com que somos tratadas pela roupa, pelas atitudes ou mesmo pela violência sofrida já me pareceu suficiente.

Lívia: Na época em que o movimento se iniciou no Canadá, eu já tinha dado uma atenção ao evento e meu total apoio. Já havia entrado em contato com o tema "criminalização da vítima de estupro" em discussões no GEPEA (Grupo de Pesquisa Eneida de Moraes) na UFPA. Por concordar com a maioria das bandeiras da Marcha, aderi.

Priscila: Por fazer parte de um coletivo feminista (Movimento Mulheres em Luta)

Como você interpreta a presença do termo originalmente pejorativo “vadia” no título da mobilização?

Madô: Foi uma piada que as garotas do Canadá começaram com a palavra "vadia" pra tirar uma onda dos policiais. O termo "vadia" não me perturba, acho divertido.

Solange: É um trocadilho irônico, nada mais. Basicamente o nome que recebemos todos os dias por situações bastante banais, que variam de um simples contrariar de uma vontade até a roupa que escolhemos vestir.

Lívia: Penso que não poderia haver nome mais adequado (ou melhor, puta ou vagabunda seriam ainda mais adequados), pois esses nomes são usados para nos ofender todos os dias. Para mim, é usar a arma do "inimigo" a nosso favor. Usamos um conceito dado pela sociedade, nos apropriamos dele para transformarmos. Como o slogan da marcha sugere: se ser vadia é agir como quero, é ser livre, então eu sou e quero ser vadia.

Priscila: Tive muita crise em aceitar o nome da manifestação, pois acredito que existem formas e formas de dialogar com o conservadorismo da sociedade, mas acabei, aos poucos, aceitando que aquele era um modo de impactar também, não somente denunciar. Confesso que ainda tenho muitas dúvidas a esse respeito!

A Slut Walk preferiu não ser intitulada de movimento feminista. A marcha aderiu a essa negação?

Madô: Isso são instruções que vieram diretamente das garotas da Slut Walk de Toronto, porque simplesmente se a marcha fosse feminista, só teria feminista lá, e essa luta por

respeito às mulheres é de todas as mulheres e não só as feministas. Atribuir a marcha das vadias a um movimento feminista é uma burrice absoluta, quando digo todas as mulheres, quero dizer todas mesmo, as feministas, as corinthianas, as balzaquianas, as caretas, as nerds, simplesmente todas!

Solange: Foi uma decisão das idealizadoras da marcha, no Canadá. E para usar o nome de uma marca, é preciso respeitar seu propósito. O feminismo é um movimento de preparação com potencial para grandes avanços, mais acadêmico do que prático, no debate relacionado à mulher, seus direitos e condições. Como movimento feminino, em teoria faz sentido associá-lo ao Slut Walk. Mas, no prático, ele soa agressivo e até soberbo ao apelar para discussões intelectuais ou estéticas, quando queremos simplificar a informação para que ela tenha um alcance mais abrangente. Reconhecemos a importância do feminismo na sociedade, mas para que uma mulher, ou um homem, chegue a entender os conceitos básicos dessa iniciativa, antes é preciso dedicar algum tempo a estudá-lo. E não vivemos num país que incentive o estudo para todas as classes.

Lívia: Não. A maioria das mulheres que estava na organização já participava de algum movimento feminista como Juntas e a Marcha Mundial das Mulheres. Em Belém, a marcha alcançou um viés mais politizado, com representação partidária, através desses movimentos.

Priscila: A marcha de Belém foi uma marcha feminista.

Na sua opinião, por que a mobilização não se ateve às redes virtuais e objetivou tomar as ruas?

Madô: Porque assim como a maioria das pessoas estão assim como eu conectadas diariamente às redes virtuais e a informação se propaga de uma maneira impressionantemente rápida nas redes, o objetivo era reunir o maior número possível de pessoas em prol da causa e como publicitária não consigo imaginar um meio melhor para isso.

Solange: Por que não se pode mudar nada sentado atrás de um computador. Muitos acreditam nisso assinando petições que nem sabem ao certo do que se trata, e dando um

“curtir” numa causa que soa nobre. E isso, a meu ver, serve mais como autopromoção de bom samaritano do que vontade de que algo seja, de fato, realizado. O próprio Slut Walk provou isso. Tivemos mais 6.000 presenças confirmadas e no máximo 400 pessoas presentes.

Lívia: O mundo virtual é, em minha opinião, um grande aliado de manifestações reais, mas não incomoda tanto. [as mobilizações virtuais] Podem ser ignoradas, podem ser deletadas, pode-se fechar a janela. Mas você não pode tirar uma passeata das ruas se ela está lhe incomodando. Ainda é nas ruas que o verdadeiro movimento acontece. É ali, longe de computadores. Acredito que o mundo virtual é apenas uma forma de divulgar, de dar maiores proporções, mas nada se compara ao efeito de ver várias pessoas (reais) na rua, lutando por um mesmo fim.

Priscila: Porque foi organizada por coletivos atuantes dos Movimentos Sociais, assim, em nenhum momento se pensou em organizar somente uma "manifestação" online. A internet foi vista desde o princípio apenas como um meio de organizar as mulheres (e homens), ativistas e até não ativistas, em torno do tema Machismo, com objetivo de discutir, denunciar, exigir e impactar a sociedade.

Houve a tentativa de articulação entre participantes de marcha a fim de promover alguma forma de continuidade do evento?

Madô: O evento continuou pelo Brasil, aconteceu em várias cidades do nosso país e em todas as que pude participar, mesmo que virtualmente, estive presente, conversei com muitas garotas e ajudei a realizar a marcha em diversos lugares, por exemplo a marcha que aconteceu em BH, a segunda marcha no país.

Solange: O evento foi criado por mim e a Madô aqui no Brasil, e foi em conjunto com a organização oficial do Canadá. Obedecemos as regras (incluindo o fato de não poder se intitular feminista ou antiestético), e assim estamos autorizadas a dar continuidade dentro dessa parceria. Não tivemos acesso ou contato com outras organizadoras dentro do Brasil, o que é uma pena e demonstra que as mulheres ainda têm muito o que aprender sobre a importância do mútuo apoio entre a classe.

Lívia: Sim. O grupo ainda continua. Organizaremos Fóruns educacionais, palestras para percorrer principalmente escolas públicas de ensino médio, onde se concentra maior parte das vítimas de abuso e maior parte dos criminalizadores dessas vítimas. Por enquanto ainda é só um projeto. Espero que realmente isso siga em frente. Além de que temos por objetivo tornar a marcha um evento anual (mas lutaremos para manter o viés político, evitando o que aconteceu com a Parada Gay em vários lugares).

Priscila: Não que eu tenha conhecimento.

Foi notável o uso de redes sociais durante a marcha? Se sim, você acha importante divulgar o acontecimento em tempo real? Por quê?

Madô: Absolutamente. Acho super legal divulgar em tempo real porque tivemos muitos casos de pessoas confusas com o real intuito da marcha e com isso elas poderiam acompanhar na íntegra e perceber o verdadeiro teor da marcha e quem sabe assim mudar de opinião.

Solange: Com certeza. Seria interessante passar em tempo real, pelo simples fato de existir essa ferramenta disponível, e é pra esse lado que a informação caminha.

Lívia: As redes sociais nos proporcionam um feed back. Ficamos sabendo em tempo real como tudo está sendo recebido, onde devemos nos esforçar mais para atingir. Elas nos oferecem um mapa de estratégias.

Priscila: Estava muito envolvida com a agitação do ato, confesso não ter reparado, arrisco-me a dizer que é provável. Acredito que é importante divulgar o evento em tempo real. Por dois motivos: 1) É uma forma de conscientizar e informar as pessoas sobre pautas de reivindicação específicas e gerais de certos agrupamentos sociais e 2) Mesmo para aqueles que não concordam ou até criticam as manifestações sociais é uma forma de mostrar que não estamos de braços cruzados.

Como você avalia o fato de algumas pessoas só terem participado do evento virtualmente?

Madô: Vivemos num país machista e preconceituoso, não me espanta em nada que várias pessoas tenham se inibido quanto ao nome que a marcha levava e até acredito que algumas tenham tido medo de se expor e quem sabe apanhar do marido em casa. Sinceramente, culpo apenas a nossa sociedade por ser tão repressora e causar esse tipo de reação na maioria das pessoas do nosso país.

Solange: Particularmente sou uma pessoa retrógrada, nem celular eu tenho. Acho que as pessoas acabam se confundindo muito entre o real e o imaginário, a internet é como uma segunda vida onde tudo acontece ou parece possível. É moralmente correto apoiar causas dando um click, seu amigo que nunca te viu ao vivo forma uma imagem de você através dos teus clicks e passa a acreditar que te conhece. Isso só prova o quanto tudo é fácil em teoria, porém na prática é preciso mais do que click em “curtir”, “apoiar” ou “compartilhar”.

Lívia: Algo que, por mais que não seja agradável, era o esperado. Existe aquele ditado "mirar em 100 para atingir 50". Quanto mais pessoas participarem virtualmente, sabemos que mais pessoas participarão presencialmente. Essas participações apenas virtuais são resultado da acomodação que vem se intensificando a cada dia. Para ajudar uma criança carente, você não precisa sair de casa, basta ligar para 0800... e doar pro Criança Esperança. Dá uma sensação de consciência tranquila, de dever cumprido, de "já garanti minha vaga no céu, não preciso sair do meu conforto pra isso". Acredito que não é assim. Não sei quando foi, ou se isso foi pontual, mas as pessoas têm preguiça de lutar pelos seus direitos, ou pelo que acham que é certo. "É mais fácil aceitar tudo do jeito que tudo chega até mim. Mas posso tentar lutar, sim, desde que pra isso eu não tenha que perder meu sono, ou pegar sol, odeio ficar suado".

Priscila: Acho que já é alguma coisa, é um início, mas acredito que se não nos organizarmos na concretude da materialidade não é possível transformar a realidade, porque essa é real e não virtual.

Você acredita que a mobilização seria possível sem as redes virtuais? Por quê?

Madô: Nunca parei pra pensar nisso, mas sinceramente, não. Onde eu poderia divulgar e recrutar pessoas para essa luta? No jornal, por carta, mural do prédio? Não acredito nisso.

Solange: Sim, claro. Militei muito nos anos 90, enquanto morava no Paraná (lá isso é levado muito a sério). A única diferença de hoje é que a gente tinha mais trabalho pra chamar a atenção. Nesse caso panfletar ajudava muito, dar discursos em muitos lugares e sair no boca a boca recrutando “simpatizantes”. O contato era direto e a resposta mais direta.

Lívia: Acredito que sim. Acredito que no dia a mesma quantidade de pessoas apareceria (como aconteceu por muito tempo, sem redes: caras pintadas, movimentos estudantis contra a ditadura militar, etc). Mas não teria a mesma proporção, o mesmo alcance. Várias pessoas, por mais que fossem de posições contrárias, ainda falaram sobre a tal marcha. Se não fossem as redes sociais, as reações de "marcha das vadias? Agora até as putas fazem marcha, é?" seriam muito maiores. Mas mesmo quem não foi pra marcha, mesmo quem não era a favor, tinha algum conhecimento do porquê que aquilo estava acontecendo. Muitas pessoas de interiores do estado vieram me perguntar (virtualmente) sobre o que era a marcha, pois eu bombardeei a todos com informações sobre isso. Sem as redes eu só poderia ter debatido sobre isso com quem estava fisicamente perto de mim.

Priscila: Os movimentos sociais não passaram a existir depois das redes sociais e acredito que não dependem dela para continuar existindo. Ocorre que, atualmente, qualquer organização ou grupo que não se utilizar dessas ferramentas perde uma oportunidade, mas não a única. É preciso saber lidar com as possibilidades e limitações dos novos meios. Reafirmo, eles são importantes, mas não mudam o mundo material pelo simples tráfego de conteúdos. Ainda não vivemos virtualmente, a vida continua sendo concreta.

Participar da marcha provocou alguma mudança na sua forma de ver a atuação política na sociedade?

Madô: Me tornou uma mulher ainda mais forte e certa das minhas convicções, mais segura, menos solitária, enfim, apenas mudanças positivas.

Solange: Não acredito que apenas uma marcha resolva uma mudança significativa na educação centenária de uma nação. Mas o primeiro passo foi dado, e esse é o mais difícil.

Lívia: Reforçou alguns estereótipos que já existiam. Reforçou a figura de partidos, de movimentos sociais. Nada foi ao contrário do que eu esperava. Foi até mais caricato do que eu imaginava. A reação da sociedade em geral, os argumentos contra, os partidos presentes, o posicionamento desses partidos, lá, durante a marcha. Pessoas usando argumentos que eu achava que tinham sido abandonados no século XIX ainda estavam presentes.

Priscila: Não, porque pautamos valores e necessidades que já defendia.

Você fazia parte de algum movimento social, especialmente de mulheres, ou passou a participar de algum?

Madô: Não, nunca fiz parte e não participo de nenhum.

Solange: Participei de movimentos nos quais acreditei, mas nunca tive relação com movimentos feministas, pois não houve algum que tenha cativado minha fé ou simpatia. Considero as mulheres ainda muito desunidas e caprichosas. Fazer uma marcha ao lado da Madô, que é paranaense e foi educada nos mesmos moldes que eu, foi muito tranquilo. – e, coincidência ou não, no dia da marcha chegaram umas mulheres do movimento feminista e, sem prévio aviso ou acordo, desviaram a marcha com um megafone, e só nos restou participar da nossa própria marcha (risos).

Lívia: Não fazia parte e continuo sem me filiar a nenhum.

Priscila: Já fazia parte, Movimento Mulheres em Luta.

Você acha possível ser ativista sem estar vinculada formalmente a algum movimento? Por quê?

Madô: Não sei. Não sei porque não tentei me vincular a movimento algum, me encontrei na Marcha das Vadias e é isso que eu quero levar adiante, mas sou fã de todos os movimentos em prol da mulher.

Solange: Acho que as pessoas precisam perder esse medo do famoso “não pertencer”. Você pode fazer muitas coisas significativas desde que você acredite no que está fazendo, e nesse caso não precisa de um aval “da voz do povo que é a voz de Deus”. Se houver um grupo com o qual você se identifique de verdade, junte-se! Mas, arregaçar as mangas e sair pra luta é mais digno do que viver procurando um “grupo” de apoio pra algo que ninguém mostrou que existe ou merece atenção. Essa necessidade demonstra carência de atenção e não engajamento.

Lívia: Eu me considero uma ativista de pequenas causas. Não me vinculo pois há vários conceitos de um e de outro movimento com os quais não estou de acordo. Prefiro ser simpatizante de movimentos, agir por conta própria e manter-me bem vinda em todos. Escrevo, falo, divulgo da minha forma. Não ambiciono grandes mudanças. Acredito que se eu conseguir mudar a cabeça de uma pessoa a ponto de fazer essa uma pessoa tentar mudar a cabeça de outra e assim por diante, já estarei fazendo uma rede.

Priscila: É possível, mas na minha avaliação a organização é necessária. Somente a partir dela as ações poderão ser pensadas, planejadas e executadas com mais força e possibilidade de conquistas civis, econômicas e políticas.

Alguma consideração a fazer sobre algum aspecto que não foi abordado?

Madô: Na verdade não, só gostaria de agradecer por essa discussão ainda estar em pauta em tantos veículos de mídia do país, é um assunto muito importante, precisa ser lembrado sempre que possível e discutido. Quem sabe assim conseguimos melhorar a consciência do país em relação às mulheres e a forma como são tratadas.

Solange: Prefiro fazer uma consideração de um tema que foi abordado pelo grupo invasor da marcha: ditadura da beleza. Havia placas de “abaixo o silicone” entre outras que considerei agressivas e tão ditatoriais quanto o que se pretendia, de fato, dizer. Cirurgia plástica é uma questão de bem estar consigo mesmo, por que essa paranoia toda? Se tiver dinheiro vá e faça. Afinal, quem determina os padrões de beleza somos

todos nós. Começa no elogio exacerbado feito aos filhos, logo se cria uma ponte mental entre o feio e o bonito desde a infância. Soa-me hipócrita essa coisa de se ver vítima disso. Quer ser magro? Precisa comer menos e praticar exercícios, mas se sente bem assim (ouço muito isso), então não há motivo para se rebelar, certo? Existem doenças que levam à obesidade, e existem profissionais disponíveis para tratar disso. Mas, por favor, tenham um mínimo de compaixão! Criamos uma marcha pra falar de educação machista que desrespeita a mulher, agride moralmente e a violenta constantemente e me vêm essas mulheres com o ego afetado fazendo manifestação estética? Não é por aí.

Lívia: Não me ocorre nada, no momento. Obrigada.

Priscila: Não.